



52

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0004111-91.2014.8.17.0000 (0333365-3)
COMARCA: ARCOVERDE
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTE: FELIPE PADILHA DE FREITAS
PACIENTES: ALDA CRISTINA DE ARAÚJO LEITE e
TATIANE DE ARAÚJO LEITE
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE
LIMA
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
CAVALCANTI

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO INJUSTIFICADO DE PRAZO PARA RECEBIMENTO DE DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. PENDÊNCIA DE DEFESA PRELIMINAR DE UM DOS RÉUS. AUSÊNCIA DOS FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA NÃO ABORDADA NA INICIAL DE FORMA FUNDAMENTADA E CARÊNCIA DE DOCUMENTOS. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não há que se falar em excesso injustificado de prazo se o processo originário tem seguido seu curso dentro do possível, em consonância com o princípio da razoabilidade, não havendo qualquer desídia por parte do órgão julgador, que tem impulsionado o feito originário de maneira satisfatória e razoável, não obstante a sua complexidade, pois envolve pluralidade de réus (quatro no total), além da necessidade de expedição de cartas precatórias e da nomeação de defensor público para apresentar a defesa preliminar



53

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

em favor de um dos acusados. Inclusive, o recebimento da denúncia ainda não ocorreu em razão da ausência dessa peça defensiva, não se podendo imputar o combatido atraso ao juiz de primeiro grau, que segue o rito previsto na Lei nº 11.343/2006.

II – Quanto à mencionada ausência dos fundamentos da prisão preventiva, verifica-se que tal matéria não é, de fato, objeto do presente *habeas corpus*, tanto que o Impetrante sequer discorreu fundamentadamente sobre ela na inicial, e nem constam dos autos cópias das decisões que impuseram a custódia cautelar às Pacientes.

III – Condições pessoais favoráveis não elidem, por si sós, a custódia cautelar quando presentes os fundamentos da prisão preventiva, os quais não foram analisados neste *writ* (Súmula 86 deste Tribunal de Justiça).

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do ***Habeas Corpus* nº 0004111-91.2014.8.17.0000 (0333365-3)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente acórdão, devidamente assinado.

Recife, 01 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

Relator Substituto



54

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0004111-91.2014.8.17.0000 (0333365-3)
COMARCA: ARCOVERDE
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTE: FELIPE PADILHA DE FREITAS
PACIENTES: ALDA CRISTINA DE ARAÚJO LEITE e
TATIANE DE ARAÚJO LEITE
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE
LIMA
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
CAVALCANTI

RELATÓRIO

Felipe Padilha de Freitas, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Alda Cristina de Araújo Leite e Tatiane de Araújo Leite**, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Arcoverde, no âmbito do Proc. nº 0005319-66.2013.8.17.0220.

Consta da inicial que as Pacientes encontram-se presas desde 04/10/2013, por força de decreto preventivo exarado nos autos da ação penal supramencionada, a que respondem como incurso nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas e associação para o tráfico, respectivamente).

Alega o Impetrante que as Pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que, na data da impetração deste *writ*, já se haviam passado aproximadamente 07 (sete) meses sem que a denúncia sequer tenha sido recebida.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Menciona, outrossim, a ausência dos fundamentos da preventiva e as condições pessoais favoráveis das Pacientes, a saber, primariedade e residência fixa.

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 09/25**.

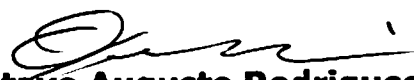
O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 32/33**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 39/42**.

Por fim, a Procuradoria de Justiça, pelo **Procurador Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti**, apresentou parecer às **fls. 45/48**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife,  de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



56

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0004111-91.2014.8.17.0000 (0333365-3)
COMARCA: ARCOVERDE
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTE: FELIPE PADILHA DE FREITAS
PACIENTES: ALDA CRISTINA DE ARAÚJO LEITE e
TATIANE DE ARAÚJO LEITE
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE
LIMA
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
CAVALCANTI

VOTO

Conforme relatado, o cerne do presente *habeas corpus* é o alegado excesso de prazo para recebimento da denúncia oferecida contra as Pacientes.

Pois bem.

Extraí-se dos autos que as Pacientes foram presas por força de decreto preventivo, no dia 04/10/2013 (fl. 14) e denunciadas em 14/11/2013 (fls. 16/19), juntamente com outros dois corréus, pelo seguinte fato: em razão da deflagração da chamada Operação Arcoverde I, instaurada para apurar a associação de agentes para a prática de crimes de tráfico de drogas naquele município, com extensões dentro e fora do Presídio Advogado Brito Alves (PABA), os acusados foram monitorados através de interceptações telefônicas, as quais comprovaram, segundo a denúncia, sua participação em delitos dessa natureza.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Narra a peça acusatória que a paciente Alda Cristina de Araújo Leite aliciava mulheres para levarem drogas para dentro do presídio, a fim de vendê-las em conjunto com o seu filho Deyvison Araújo Leite, ao passo que a paciente Tatiane de Araújo Leite, também filha da primeira, mantinha constante contato com o denunciado Emerson Pereira da Silva, negociando o fornecimento dos entorpecentes para fins de mercancia.

Segundo as informações prestadas pela autoridade dita coatora, foi proferido despacho em 17/01/2014, determinando-se a notificação dos acusados para oferecerem resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006.

A paciente Tatiane apresentou pedido de conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, o qual foi indeferido em 30/01/2014, após parecer desfavorável do Ministério Público.

Após a expedição dos competentes mandados, os réus Emerson Pereira da Silva e Deyvison Araújo Leite foram notificados em 21/01/2014, ao passo que as Pacientes tiveram sua notificação por meio de carta precatória, em razão de estarem recolhidas na Colônia Penal Feminina de Buíque.

As Pacientes e o acusado Deyvison Araújo Leite apresentaram a defesa prévia, mas, em relação ao réu Emerson Pereira da Silva, decorreu *in albis* o prazo para fazê-lo, pelo que foi necessária a nomeação de defensor público, em despacho datado de 06/05/2014, sendo esse, atualmente, o estado do processo.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Da análise dessa narrativa, conclui-se que não existe excesso injustificado de prazo, pois o processo originário tem seguido seu curso dentro do possível, em consonância com o princípio da razoabilidade.

Como se sabe, para a avaliação de eventual constrangimento ilegal, não se pode considerar apenas "a mera soma aritmética dos prazos de cada ato processual"¹, devendo ser analisadas as circunstâncias do caso concreto.

Observa-se, na espécie, que não há qualquer desídia por parte do órgão julgador, que tem impulsionado o feito originário de maneira satisfatória e razoável, não obstante a sua complexidade, pois envolve pluralidade de réus (quatro no total), além da necessidade de expedição de cartas precatórias e da nomeação de defensor público para apresentar a defesa preliminar em favor de um dos acusados.

Vale ressaltar que o recebimento da denúncia ainda não ocorreu em razão da ausência dessa peça defensiva, não se podendo imputar o combatido atraso ao juiz de primeiro grau, que segue o rito previsto na Lei nº 11.343/2006.

Inexiste, logo, constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Corroborando o exposto, veja-se o seguinte julgado do STJ:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO
ORDINÁRIO. (...) EXCESSO DE PRAZO
JUSTIFICADO. COMPLEXIDADE DO FEITO.
EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. AUSÊNCIA**

¹ STF, HC 87275/BA, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ 02/03/2007.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

DE ILEGALIDADE FLAGRANTE QUE, EVENTUALMENTE, PUDESSE ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. (...) 5. Tem-se como justificada eventual dilação de prazo para a conclusão da instrução processual, em hipótese de feito complexo, em razão da pluralidade de defensores e de réus (cinco no total) custodiados em comarca diversa do distrito da culpa, porquanto, à luz do princípio da razoabilidade, os rigores temporais estabelecidos em lei devem ser mitigados. (...) 7. *Habeas corpus* não conhecido."²

Por fim, quanto à mencionada ausência dos fundamentos da prisão preventiva, verifica-se que tal matéria não é, de fato, objeto do presente *habeas corpus*, tanto que o Impetrante sequer discorreu fundamentadamente sobre ela na inicial, e nem constam dos autos cópias das decisões que impuseram a custódia cautelar às Pacientes.

As condições pessoais favoráveis sustentadas na inicial, por sua vez, segundo o entendimento consolidado na Súmula 86 deste Tribunal de Justiça³, não elidem, por si sós, a prisão preventiva, quando presentes os seus fundamentos, os quais não foram analisados.

Diante do exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 22 de julho de 2014.

Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

Relator Substituto

² STJ, HC 285420/SP, rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 21/05/2014.

³ **Súmula 86.** As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.